

Quem manda nesta terra? Estados, pessoas, e memórias de uma fronteira

Eduardo Araújo

CRIA

ed_jpa@hotmail.com

Tentaremos neste artigo olhar em retrospectiva para mais ou menos um século de vida de um contexto social local directamente envolvido com - e afectado por - uma fronteira política, ao mesmo tempo que se tentará também prestar a devida atenção aos processos político-legais e económicos que essa mesma fronteira tantas vezes suportou e transportou ao longo desse tempo. Isto obrigar-nos-á a reflectir sobre várias escalas de análise, da base local do contexto social das povoações de fronteira (onde as pessoas vivem e agem), aos interesses e acções dos Estados que suportam essa mesma fronteira (tanto a nível local, como nacional e internacional), ao longo do tempo. Assim, como teremos oportunidade de ver, a utilização cruzada de métodos de pesquisa de várias disciplinas, como História, Antropologia e Etnografia, revelou-se crucial durante esta investigação.

A fronteira a que aqui nos iremos referir é a fronteira política entre Portugal e Espanha¹, mais precisamente de Trás-os-Montes com a Galiza, e o contexto social trabalhado é uma freguesia composta por três aldeias, no Concelho de Vinhais, que faz fronteira com território Galego a Norte. Julgamos que, fazendo um contraponto entre o que é a fronteira para os Estados e para as populações locais ao longo do tempo, é possível comentar na evolução da construção, defesa e manutenção da identidade nacional dos dois países em questão e, conseqüentemente, lançar algumas luzes sobre como é a partir da criação e manutenção de diferenças, de cisões, ou de fronteiras, que se constrói o ‘nós’ e, concomitantemente, os ‘outros’. Da mesma forma, e aqui mais importante ainda, nos contextos sociais de fronteira as populações que aí habitam convivem íntima e diariamente com o peso político-institucional, económico, cultural e

¹ Sobre a fronteira e as populações locais, redes de laços sociais transfronteiriços, e memória social, há já alguns trabalhos de relevo no panorama das ciências sociais em Portugal. De destacar a obra *Ouvir o Galo Cantar Duas Vezes*, de Paula Godinho (no prelo), onde nos é apresentado o trabalho de vários anos de investigação da autora na zona da fronteira Chaves/Verín; e o trabalho de Luís Cunha na fronteira na zona de Campo Maior, intitulado *Memória Social em Campo Maior* (2005), onde nos é dado a conhecer a realidade dessa zona de fronteira ao longo do século XX.

linguístico que as fronteiras entre nações comportam, e os seus processos criativos de uso, manutenção e reformulação de redes sociais não só não são limitados pela fronteira tão bem como os Estados quereriam, como a própria fronteira por vezes potencia esses mesmos processos, como veremos. Fará então sentido falarmos, para além de uma linha de fronteira, de zonas de *orla fronteira* (Godinho, 2006, no prelo; Cunha, 2005; Donnan & Wilson, 1999, 2000 [1998]). Estes são espaços que [...] *estão fortemente marcados pela presença da linha delimitadora entre dois Estados, alvo de um cruzamento legal ou ilegal por parte de mercadorias e pessoas [...]* (Godinho, no prelo: 25), o que potencia a criação de *culturas de orla*. Estas,

[...] em função das conjunturas e dos grupos em presença, [...] radicam nos laços estabelecidos entre si no quotidiano pelos nascidos dum e doutro lado duma linha de demarcação, aquém e além da construção de uma relação de pertença a um Estado nacional, manipulada de maneira divergente no espaço e no tempo, em função dos interesses particulares dos indivíduos e dos grupos. A fronteira como linha divisória, é mais nítida para os que lá não estão do que para aqueles cuja vida ali decorre, habituados ao seu cruzamento, ainda que este tivesse sido interdito até 1992 [...] (Godinho, no prelo: 10).

A linha de pensamento apresentada por Frederick Barth na introdução da obra *Ethnic Groups and Boundaries* ([1969] 1998), mostra-nos como, em muitos casos, para se observar a organização e a constituição da diferença, em vez de se proceder a uma análise comparativista de inventários de traços culturais internos a dados grupos, será vantajoso analisar antes os processos de geração e constituição da diferença e de construção de fronteiras entre grupos. Para Barth, [...] *Quando um grupo se define como exclusivo, a natureza da continuidade de uma unidade étnica é clara: depende da manutenção de um limite [...]* ([1969] 1998: 14). No sentido das palavras deste autor, é possível (e terá vantagens) transpôr o ênfase das análises do reportório de traços culturais de um dado grupo para as formas segundo as quais estes criam e mantêm diferenças entre si, pois enquanto que os traços culturais são, como sabemos, mutáveis com o tempo, o aspecto a não sofrer mutações e que permite a continuidade dos grupos sociais, são os limites mantidos para com os outros. Hobsbawm, na Introdução a *The Invention of Tradition* (Hobsbawm & Ranger, eds., [1983] 2007), explica-nos os processos de invenção, reinvenção e constante mutação de traços culturais e tradições:

[...] the history which became part of the fund of knowledge or the ideology of nation, state or movement is not what has actually been preserved in popular memory, but what has been selected, written, pictured, popularized and institutionalized by those whose function it is to do so. [...] [So, invented

traditions] are highly relevant to that [...] recent historical innovation, the 'nation', with its associated phenomena: nationalism, the nation-state, national symbols, histories and the rest. All these rest on exercises in social engineering which are often deliberated and always innovative, if only because historical novelty implies innovation. (Hobsbawm, 1983, in Hobsbawm & Ranger, eds., 1983 [2007]: 13-14).

Os traços culturais que servem de marcadores identitários aos grupos sociais são sempre manejáveis, e muitas vezes manejados. Estes marcadores, inventados ou reformulados muitas vezes a partir do passado (e da memória), e que são ao longo do tempo substituídos por outros com maior utilidade - quando tal se afigura necessário -, são muitas vezes precisamente aspectos constituintes da 'lista' de diferenças seleccionadas para criar ou reforçar a diferença - a fronteira -, e para um dado grupo se colocar à margem de outros, justificando assim a sua união e originalidade. No caso das nações, os Estados que as governam e controlam são os agentes principais na criação e divulgação de um imaginário que una dentro de si a população do seu território, recorrendo para isso a uma série de aparatos que vão desde os aspectos formais de instituição de fronteiras políticas e económicas (e conseqüentemente sociais, culturais e linguísticas) na definição do seu território ao detalhe, até um grande número de discursos e meios de disseminação dos mesmos que enalteçam o orgulho e importância que terá pertencer à nação.

Como nos ensina Barth, o contacto transfronteiriço é condição essencial das fronteiras, e muitas vezes esse mesmo contacto é arma ou fonte de estratégias para ganhos pessoais de um ou de ambos dos lados. Esta afirmação pode ser aplicada em diversas escalas: tanto à escala nacional como à escala local. É este aspecto da troca e movimento transfronteiriço que temos aqui que realçar, pois ao nível local, nas povoações raianas, a fronteira não tem o mesmo efeito que tem para o resto da nação. A este respeito, Donnan e Wilson explicam-nos o que entendem por antropologia das fronteiras, e o porquê de os antropólogos estarem bem posicionados para apreender os processos com estas relacionadas, desta forma:

[...] O estudo antropológico da vida quotidiana de comunidades de fronteira é simultaneamente o estudo do quotidiano do Estado, do qual os agentes têm que ter um papel activo na implementação das políticas; e da intrusão das estruturas do Estado nas vidas das pessoas. [...] Uma antropologia das fronteiras explora simultaneamente a permeabilidade cultural das fronteiras, a adaptabilidade das populações de fronteira nas suas tentativas ideológicas de construir divisões políticas, e a rigidez de alguns Estados nos seus esforços para controlar os campos culturais que transcendem as suas fronteiras. [...] [os] antropólogos estudam então as forças sociais e económicas que requerem que

uma variedade de fronteiras políticas e culturais sejam construídas e cruzadas nos quotidianos das populações de fronteira. (1998: 4)

Um aspecto importante da análise que se tenta aqui apresentar será então, precisamente, o controlo exercido sobre a fronteira pelos Estados português e espanhol no quadro da evolução temporal de três comunidades rurais do nordeste transmontano. Dentro deste quadro temporal, havendo momentos de maior ou menor incisão na acção dos Estados sobre a fronteira, as populações locais lidam sempre com esta de forma muito próxima na sua vida diária. O centro desta análise estará, então, na tensão entre os Estados impositores de uma fronteira, e as pessoas que, habitando nas imediações daquela, a manuseiam consoante as possibilidades lucrativas que dali surgem. O contrabando de subsistência, as migrações laborais transfronteiriças, e alguns eventos relacionados com a Guerra Civil espanhola, foram três fenómenos de criação, manutenção e utilização de laços sociais transfronteiriços à revelia dos Estados que aqui serão apresentados. Estas são as mais importantes amostras de dinâmicas locais de fronteira ao longo do século XX, do contexto que aqui se trata, e que analisadas nos mostram não só como a própria fronteira é dinâmica de várias formas consoante a utilização que se lhe dá, e consoante quem lhe dá a utilização - se as pessoas, se os Estados -, mas também como a fronteira confronta os habitantes locais com as demonstrações de força dos Estados, e como e sob que ideais os primeiros reagem às segundas.

•

Os dados que serão apresentados remontam ao quadro da minha formação inicial como antropólogo, onde o interesse pelas fronteiras me levou a integrar um projecto de investigação que durou aproximadamente quatro anos, do início de 2003 ao final de 2006, e no qual, a par com outros três colegas, foram realizados vários períodos de trabalho de campo numa freguesia do Concelho de Vinhais, Distrito de Bragança (região não-administrativa de Trás-os-Montes, no Norte de Portugal). A freguesia, de seu nome Pinheiro Novo, é composta por três aldeias localizadas a poucos quilómetros da fronteira com a Galiza, Espanha (uma das aldeias é a sede de freguesia, com o nome indicado atrás, e as outras duas são Pinheiro Velho e Sernande). Durante as estadias no terreno, o trabalho de etnógrafo facilitou a integração no meio e revelou muito da vida local, o que permite muitas vezes um avançar mais confortável para a teorização antropológica. Como tal, metodologias como a observação directa (e participante), os levantamentos etnográficos generalizados (descrições do espaço físico, das

actividades, das acessibilidades, dos meios de comunicação, etc.), o levantamento dos arquivos paroquiais, a amostragem casuística, as entrevistas informais, e as entrevistas semi-directivas, foram armas essenciais para a progressiva integração no meio e conseqüente melhor exploração do mesmo, e permitiram coligir um acervo de ‘etnografia de memórias’ das relações das aldeias com Espanha, e, mais importante, das relações com a fronteira. Durante o tempo em que a investigação decorreu, íamos contrapondo esses dados aos dados adquiridos nas pesquisas históricas e bibliográficas realizadas em paralelo, em arquivos e bibliotecas centrais e locais. Isto permitiu desenhar as evoluções dos quadros demográfico e etário das aldeias ao longo do último século, grosso modo, bem como também perceber a evolução dos principais sectores ocupacionais das populações.

Para começar a perseguição dos objectivos propostos no início deste texto, começaremos por destacar dois aspectos muito importantes na investigação que acabou de se apresentar. O primeiro aspecto a destacar é o facto de estas aldeias (como muitas outras da zona) se depararem nos dias que correm com graves crises demográficas e etárias². Estas são o fruto de uma junção de diversos factores que ultrapassam a esfera do estritamente local e que se desenvolveram ao longo do tempo, entre os quais destaco os seguintes dois:

- o fenómeno da desruralização (no geral), que na região de Trás-os-Montes assume grande peso devido ao facto de ali a agricultura nunca ter passado dos métodos de subsistência para uma agricultura moderna de mercado, como aconteceu noutras regiões (o que se deve às características acidentadas dos terrenos montanhosos que caracterizam as paisagens transmontanas, aos sistemas de partilhas de heranças típicos destas zonas - que faziam com que os terrenos fossem sendo cada vez mais subdivididos de geração em geração-, e a processos de exclusão mais complexos através dos quais esta região se quedou num plano secundário nos esforços de desenvolvimento económico do Estado português ao longo do último século);

- e uma grande vaga migratória nos anos 60 do séc. XX (principalmente para França), e que nestas zonas próximas da fronteira assumiu proporções um pouco maiores devido à proximidade do ‘salto’ (passagem ilegal) para Espanha e depois para França, numa altura em

² Ao utilizar aqui o termo “crise”, quero tão-só deixar a ideia de certos momentos, aspectos, elementos ou dimensões das vidas destas populações que foram ou são encarados pelos indivíduos ou pelas comunidades como difíceis ou negativos para a sua manutenção ou desenvolvimento.

que, no contexto do Estado Novo Português, era proibido emigrar sem obter o ‘passaporte de emigrante’, cuja cedência possuía uma série de requisitos que impunham limitações ao cidadão comum.³

O segundo aspecto a destacar é que a maior e mais importante parte da etnografia recolhida no terreno foi, como assinalámos já atrás, uma etnografia de memórias. Sendo que as três aldeias contam hoje com mais ou menos 120 habitantes no total, e que a grande maioria destes tem mais de 60 anos de idade (eis os reflexos mais nítidos das crises demográfica e etária atrás referidas),⁴ é natural que as representações do passado tenham um papel muito importante na manutenção da identidade da comunidade no presente. As referências a um passado de vitalidade demográfica e etária, a um passado de emigração, a um passado intimamente ligado à agricultura de subsistência, e a um passado de igual modo intimamente ligado à fronteira, são referências a que nos fomos rapidamente habituando. Nesta medida, a agricultura de subsistência, a emigração e a fronteira apresentaram-se ao longo da pesquisa não só como os três principais eixos condutores das vidas das pessoas destas aldeias no passado, mas também como os três principais eixos que ajudam a construir e a manter a identidade das mesmas hoje.

Será fácil imaginar como as práticas ligadas à agricultura de subsistência regulavam a vida da grande maioria da população destas aldeias (como, de resto, acontecia em praticamente toda a região de Trás-os-Montes). Estas povoações de montanha, há apenas 30 anos atrás estavam ainda muito isoladas geograficamente da sua própria sede administrativa, sem uma única estrada asfaltada até lá, por exemplo. Sem acessibilidades, sem meios de mobilidade, sem meios de produção, num contexto geográfico pouco ou nada apto para a introdução de modos de exploração agrícola mais virados para o mercado, e sem um mercado para onde potenciais (e raros) excedentes pudessem ser escoados, a agricultura de subsistência regravava as vidas destas populações. Exceptuando os comerciantes e, nestas povoações de fronteira, os guardas-fiscais (provenientes de vários pontos do país, e que ali habitavam e trabalhavam), toda a gente estava de uma forma ou outra ligada à agricultura. Fossem proprietários de terras, fossem lavradores – que, por exemplo, alugavam terras para cultivar -, ou jornaleiros – que trabalhavam por conta de outrem -, toda a gente trabalhava na terra

³ Para um balanço da produção científica nacional sobre as migrações internacionais de e para Portugal a partir da II Guerra Mundial, ver Baganha, Maria / Góis, Pedro, 1998.

⁴ Dados actualizados durante a última estadia no terreno, em Abril de 2006.

para subsistir. Ao adicionar o ‘ingrediente fronteira’ a esta ‘receita’, notamos que a linha divisória muitas vezes acabava por ser a linha que unia ao separar, ironicamente. E passaremos a explicar porquê.

•

O título deste artigo é uma questão, ‘Quem manda nesta terra?’. Esta expressão surgiu aquando da gravação de uma entrevista no terreno, quando a entrevistada começou espontaneamente a cantar uma cantiga dos seus tempos de juventude que, segundo a própria, era, na altura da guerra civil espanhola, por ali ensinada. A letra dizia: ‘E quem manda nesta terra / é o Doutor Salazar / diz que nao quer cá vermelhos / cá dentro de Portugal’⁵. Pareceu apropriado, para intitular este texto, transformar a afirmação em questão, por forma a tentar assim expressar dúvida em relação aos verdadeiros ‘donos’ da terra de fronteira: se seriam os Estados que a impõem, se seriam as populações que lá habitam. E isto porque, como tínhamos já antes conhecimento, e como a investigação veio a comprovar, a fronteira pertence a ambos, e ambos ‘mandam’ nesta, cada um à sua maneira. Porque cada uma destas entidades – tanto os Estados, como os povos fronteiriços - têm utilidades diferentes para esta. A fronteira, para as populações que habitam nas suas imediações, mais do que a linha que separa, foi, em muitas ocasiões e fenómenos, a linha que uniu, porque, para além de nunca ter conseguido impedir muitas das relações sociais geradas naturalmente pela proximidade entre duas povoações localizadas de lados distintos da linha, muitas vezes a própria fronteira era o centro de criação de oportunidades e meios para ampliar esses mesmos laços e relações. Serão de seguida apresentados os três exemplos mais fulcrais dessas dinâmicas locais de fronteira neste contexto, mas antes disso tentaremos olhar um pouco para esta fronteira através dos ‘olhos dos Estados’, de forma muito rápida e essencial.

⁵ [...] -*Mas depois o Dr. Salazar, o Dr. Salazar disse assim: “Não quero refugiados dentro de Portugal a matar as minhas autoridades”...*

[Sra. Miquelina interrompe o Sr. Clemente] -Não era assim... Era: [cantando] “E quem manda nesta terra, é o Dr. Salazar; e quem manda nesta terra, é o Dr. Salazar; diz que não quer os bermelhos, cá dentro de Portugal; diz que não quer os bermelhos, cá dentro de Portugal”... [...]. Excerto de entrevista semi-directiva a Sr. Clemente e Sra. Miquelina, na casa dos próprios, em Sernande, Dezembro de 2003. O trecho supracitado surge, contextualmente, numa altura em que a conversa estava direccionada para certos eventos de confrontos entre alguns refugiados da Guerra Civil de Espanha e as autoridades portuguesas.

A instalação de postos alfandegários de controlo fronteiriço ao longo de toda a fronteira e o posicionamento estratégico de postos de Guarda-Fiscal (em Portugal) e de postos de ‘Carabineros’ (Guardia Civil, em Espanha) nas zonas raianas, constituem uma acção conjunta dos dois Estados implicados para estancar o máximo que conseguem o seu território, e pese embora o facto de hoje em dia essas medidas não terem já validade (por força da ‘europeização’ e abertura das fronteiras dentro da União Europeia), durante largos anos, as populações raianas viveram confrontadas com a presença destas representações e de acções do Estado no seu espaço vital de acção.

Esta fronteira, entre Portugal e Espanha, é das mais antigas e estáveis do mundo, e o seu traço geral está grosso modo definido desde o Tratado de Alcañices, em 1297. Desde então só algumas rectificações e alterações sem grande importância foram feitas (dizemos ‘sem grande importância’ ao olhar para as alterações/rectificações efectuadas do ponto de vista do Estado, ou, *seeing like a state*),⁶ em documentos como por exemplo o *Tombo da Raya* de D. João III, em 1537, ou mais recentemente, no Tratado de delimitação das fronteiras de 1864, no qual se traçam certos pontos da raia que não estavam ainda definidos. Tendo sido constituída uma Comissão mista (com representantes de ambos os Estados) para percorrer a fronteira, procurava-se resolver os casos problemáticos através da convocação de testemunhas locais dos dois lados da fronteira, e através de argumentação documental e de outras ordens por parte das duas secções da comissão. Com muitos desacordos entre as secções, e com alguns problemas que levaram até à substituição de alguns membros de ambas, os casos ora eram enviados para o governo para decisão central e posterior ao trabalho de terreno, ora eram decididos pelo consenso no terreno. E muitas vezes os interesses centrais e, principalmente, as decisões tomadas, iam contra os interesses locais, desprezando-os. No caso específico do pedaço de fronteira que divide as terras entre Pinheiro Velho, Vilarinho das Touças, Cerdedo (do lado português) e A Esculqueira e Chaguazoso (do lado espanhol), por exemplo, houve desacordos entre a secção portuguesa e a espanhola.⁷ Visto que cada uma das secções pretendia que a linha passasse por sítios diferentes, são apresentados documentos e provas argumentativas por parte cada uma.

⁶ Sobre processos de engenharia social no séc. XX e sobre o ponto de vista do Estado no controlo e criação de legibilidade na população e no território, cf. Scott, em *Seeing Like a State* (1998).

⁷ Para informação detalhada sobre as alterações na Comissão Mista, e sobre os desacordos no pedaço de fronteira de Pinheiro Velho, ver Araújo, 2006.

Este caso ficou também por resolver, indo para resolução por via diplomática, tendo posteriormente sido decidido que a fronteira ficaria demarcada pelas linhas sugeridas pela secção espanhola (MNE, cx. 1118, doc. 117).

Este foi o último momento histórico em que a fronteira entre Portugal e Espanha sofreu alterações ou rectificações formais, o que não quer, de todo, dizer que os Estados envolvidos não mais accionaram mecanismos para exercer o seu poder e controlo. Tentemos agora olhar a fronteira de um outro lado: o lado dos que com ela convivem directamente, as populações das zonas raianas.



O conceito de “estratégia”, (...) como aproveitamento de uma ocasião para atingir uma finalidade, adequa-se (...) a todas as situações em que um núcleo doméstico seja confrontado com os objectivos a atingir. A aplicação de uma estratégia visa ganhar, maximizar os avanços e reduzir os custos, e pode colidir com certas regras, que contorna através de mecanismos apropriados. (Godinho, 2006: 29 e 30)

Abordaremos então três fenómenos específicos que podem ser descritos como dinâmicas de fronteira, na óptica das populações locais. Em primeiro lugar, falemos das migrações laborais sazonais. Se nos ciclos anuais da agricultura, nesta região, eram normais as trocas de favores de trabalho em certas ocasiões (como, por exemplo, irem grupos de uma aldeia para outra para fazer a malha do trigo em determinada altura), com uma fronteira entre duas povoações, não rareiam as histórias e discursos em torno de como se ‘ia ao lado de lá trabalhar porque pagavam melhor’. Ou de como em famílias ‘com bocas demais para sustentar’, um ou dois filhos iriam como criados de servir para Espanha. Os maiores fluxos de migrações laborais observados nestas zonas não foram, no entanto, para ir trabalhar em Espanha. Apesar de ainda se conseguirem notar traços das últimas vagas de migrações para o Brasil (entre o final do sec. XIX e o início do sec XX) tanto nos registos paroquiais das aldeias como nas memórias das pessoas, foram os fluxos migratórios para França a partir da década de 60 do séc. XX que maiores massas de pessoas moveram. A busca de uma vida melhor levou homens, mulheres,

por vezes famílias inteiras, a passar a salto uma fronteira⁸ e atravessar de forma clandestina todo um país.⁹

⁸ Passar emigrantes ‘a salto’ pela fronteira tornou-se, a partir da década de 60, um negócio proveitoso para alguns. Vários relatos indicavam pessoas de muitos e diversos sítios do país a irem até esta fronteira com o intuito de serem *passados* para o outro lado. Relatos sobre os que organizavam e realizavam a *passagem a salto* mediante o pagamento de determinada quantia em dinheiro também não rareavam, tal como não rareavam também histórias de riqueza rápida neste ‘métier’.

⁹ (...) [Esse senhor, o Zé Pequeno, ele foi] *o primeiro daqui do Pinheiro a ir para França, não foi?*

-Foi, e eu o segundo. (...) Eu tirei passaporte. Passaporte de turista. Fui ter ao pé dele (...). Mas ele num queria que eu fosse para lá! Sabe o que é que ele me disse a mim ao chegar lá? Disse:

«Ai vinhestes?»

Tal e qual, foi a primeira palavra que me disse. Disse:

«Ai vinhestes pra França? Pois olha, olha que isto aqui num é estares ali ao balcão a fazeres-lhe a conta às galegas!»

E olhe que eu vinha-me mesmo, pode ter a certeza, eu vinha-me mesmo. Mas digo, pois caralho, já que és assim, num me hei-de ir! Porque eu vinha-me mesmo, porque ainda estive uns quantos dias... Ainda dormi duas noites no cimento, com uma manta... Olha, se eu levava o passaporte, se levava dinheiro, porque é que ele num me levava para um hotel até que eu ajeitasse a minha vida? É ou num é? Pois deixou-me ali! Ainda andei ao pé de outros, num fui logo ao pé dele! Porque ódepois ele estava nuns [francês incompreensível] que lhe chamavam [francês incompreensível], e foi cando é que fui ao chefe dos [francês incompreensível], pronto, arranjou-me logo cama e fiquei-me por ali! Mas dentro de uns dias fomos falar com um chefe chamado o [francês incompreensível]. Disse assim ele:

«Trá-lo pra cá, trá-lo pra cá e vamos fazer-lhe os papéis.»

Fizeram-me os papéis, depois aquilo correu-me às mil maravilhas! Depois andámos muito tempo juntos! Ele trabalhava num sítio que lhe chamavam o [francês incompreensível], e eu noutra sítio que lhe chamavam [francês incompreensível]. Trabalhávamos longe um do outro. Mas depois o trabalho em [francês incompreensível] acabou e o chefe mandou-nos para ao pé dele.

-E o que é que fazia, o Sr.?

-Era na construção. Depois ali ao pé desse Zé Pequeno, cando andávamos com um chefe que lhe chamavam o [francês incompreensível], era sempre comportas, em rios... e... canais, para desviar a água, para se fazer uma barragem. Fazia-se um canal a água ia por um lado, depois fazia-se pelo outro... E então ele, como sabia falar, ele ganhou muito dinheiro! Sabe?

-O Zé Pequeno?

-O Zé Pequeno ganhou... Pruuuuuu!!!...

-Ele sabia falar Francês?

-Foi pra lá quando era garoto, ele! Ele primeiro foi para Espanha, para um sítio que lhe chamam Lérida, sozinho, teria alguns quinze ou catorze anos... Depois de Lérida é que foi pra França! Esteve em França, e então o tipo apareceu aqui já com... com coisa, com... naquela altura, já com fato, com umas correntes de ouro, ao peito, e tal... E então casou-se aqui com uma professora. (...) Passados uns anos é que ele voltou para França e depois é que fui eu (...). (Entrevista semi-directiva a Manuel Amado, ex-comerciante. Casa do próprio, Pinheiro Velho, Dezembro de 2003)

Estas opções estratégicas aconteceriam na maior parte das vezes à revelia das autoridades estatais, obviamente, e constituíram ao longo de todo o tempo que a fronteira existiu na forma legal que tinha antes da aplicação do Tratado de Schengen em 1992, uma prática que utilizava redes sociais transfronteiriças contra as leis dos Estados, e que ao mesmo tempo ajudava a criar e reproduzir essas mesmas redes.¹⁰ Esse será o aspecto principal a destacar aqui. A proximidade do “salto” facilitava o sonho da emigração para França, e as redes sociais transfronteiriças foram simultaneamente causa e efeito de migrações laborais regulares entre povoações espanholas e povoações portuguesas das zonas de fronteira.

A existência de uma linha de fronteira no seu raio de acção imediato permitia também a estas populações uma prática que não estaria ao alcance das pessoas que habitavam em locais mais distantes: o contrabando. Refiro-me aqui ao contrabando de subsistência, que servia de complemento aos magros rendimentos da agricultura, e que ajudava a equilibrar a economia das ‘casas’¹¹. Este fenómeno de um tempo longo, hoje já extinto (devido ao tratado de Schengen e ao esvaziamento das aldeias), domina uma grande parte do imaginário hoje construído sobre o passado destas povoações da raia, e é-nos apresentado como uma das principais ‘bandeiras’ da identidade das populações, em especial pela sua transversalidade na hierarquia socioeconómica das aldeias. As histórias dos grupos de dez, quinze, vinte pessoas carregadas com fardos de 20 kg café, a andarem 20/30 km por noite, pelo meio do mato, à chuva e à neve, até uma qualquer povoação espanhola, são algo bem mais do que abundantes: são um dos traços mais importantes da forma segundo a qual estas pessoas se revêm hoje. Contrabandeava-se um pouco de tudo, e

¹⁰ -E o senhor também costumava ir trabalhar daqui para Espanha, quando era mais novo?

- (...) na segada íamos... Trabalhávamos aqui, fazíamos a nossa segada aqui, quinze dias. E ópois íamos fazer outros quinze à Espanha...

-E era um grupo que ia daqui de Sernande?

-Íamos...O que podia ir, ia, o que não, não ia... Um mês inteiro a puxar pela fouce.. (Entrevista semi-directiva a Maximino Manuel. Sernande, Dezembro de 2003)

¹¹ Casa: núcleo familiar e *unidade social primária* (Cabral, 1989: 65) da vida de uma aldeia camponesa. Para informação mais detalhada acerca da *casa camponesa* e dinâmicas e estratégias que lhe são inerentes, ver O’Neill (1984), Cabral (trabalho no Alto Minho, 1989), Pais de Brito (1996) e Godinho (2006). Convém, ao falar do conceito de “casa camponesa”, fazer referência à distinção que Eric Wolf faz entre *camponês* e, por exemplo, o *fazendeiro* norte-americano, ligando assim intimamente o conceito de *camponês* à agricultura de subsistência. Não será assim correcto falar, por exemplo, de *camponeses* no Alentejo, onde o conceito de *assalariado rural* se aplicará melhor aos trabalhadores da agricultura.

houve até diferentes períodos de diferentes produtos contrabandeados, tal como houve tempos mais fortes e tempos mais fracos. Mas o café provindo das colónias portuguesas, que era melhor e mais barato que o café espanhol, segundo o que nos diziam, fez com que este se mantivesse como o produto mais contrabandeado durante quase todo o período observado.

As organizações e divisões observáveis nas memórias do contrabando são como que um espelho da hierarquia socioeconómica de cada aldeia. Poderemos dividir o contrabando em três tipos essenciais: o contrabando ‘à jeira’¹² (levava-se o *trêlo* a um determinado sitio previamente definido e na volta recebia-se um pagamento do dono da mercadoria – jeira); o contrabando simples (quando se comprava alguma mercadoria num dos comerciantes das aldeias com o intento de a ir vender a Espanha mais cara para se ganhar algum dinheiro); e um contrabando de maior escala, feito pelos comerciantes (que podia adquirir maiores quantidades de produtos contrabandáveis, como o café, por exemplo) ou homens mais abastados. Um jornaleiro ou jornaleira compraria de quando em vez ‘uns quilos de café’, para ir vender a Espanha e ‘ganhar algum’, outras vezes seria contratado por alguém para ir ganhar uma jeira no contrabando. E isto ao passo que um comerciante, ou um homem com mais posses, seriam as pessoas que trabalhariam no contrabando a uma maior escala,¹³ sendo

¹² *Jeira* era utilizada para denominar o pagamento dos contrabandistas contratados, e isto porque era a medida de pagamento do trabalho na terra. Sendo a *jorna* ou *jornada* o dia de trabalho, *jeira* seria a quantidade de terra que se conseguia trabalhar num dia, constituindo assim uma medida de espaço-tempo. Uma medida pré-capitalista, observável que é a valorização do tempo nas medidas de pagamento capitalistas.

¹³ (...) *Até que depois veio cá um gajo que era daí do Pinheiro Novo, mas vivia em Espanha, chamava-se Juca. E queria já não sei bem a quantidade de café que era, café cru. Mas eu num sei, tinha que ser aquele peso certo para que o carro ao ter aquele peso... Era um carro já próprio para o contrabando. Disse-lhe:*

«-Olhe, eu tanto café não lhe levo! Porque se me agarram pois então depois como é que é a minha vida?»

Disse:

«-Bueno, entonces combina-te tu e ó Zé e leveis isso pelos dois.

-Mas eu não falo com ele, e ele comigo!

-Mas ele já me disse que falava contigo.»

Ajuntou-nos aí acima numa palheira, e nós lá tentámos então levar o café, levámos o café para um sitio que lhe chamamos [fragmento incompreensível]. Então ficámos lá até que vinha o gajo que andava na linha do comboio, não era o chauffeur, era o cobrador, chamava-lhe Barnabé, o gajo. Então veio o Barnabé, carregou o café, e depois no cimo das sacas botava-lhe carvão. O Barnabé pagou ao tal Juca e o Juca pagou-nos a nós. Pois ficámos então a negociar juntos, daí. Quer dizer, o comércio dele era dele e o meu era meu, mas o contrabando era dos dois. (Entrevista semi-directiva a Manuel Amado,

assim reflectidas as condições sociais de cada um na posição que ocupasse nas estruturas e redes de contrabando. Apesar de ser uma actividade envolta em perigo,¹⁴ graças à possibilidade de fazer contrabando, as pessoas que habitavam perto da fronteira tinham a hipótese de complementar as suas magras economias familiares. Mais importante do que isso para esta reflexão, é o facto de que o contrabando, como prática transfronteiriça, criava relações, aprofundava conhecimentos, amizades, laços, cumplicidades, e tudo isto acontecia através da linha de fronteira. O contrabando foi, assim, um verdadeiro gerador de relações sociais transfronteiriças. Se fazia uso de um campo social transfronteiriço que existiria, naturalmente, pela proximidade entre povoações de diferentes lados da fronteira, este fenómeno acabava ampliando e fortalecendo esse mesmo campo social.

Em terceiro e último lugar, falaremos um pouco de alguns eventos ligados à Guerra Civil de Espanha. Esta guerra foi, na Galiza, bastante rápida. Tendo-se iniciado os conflitos por toda a Espanha no Verão de 1936, e tendo a guerra terminado oficialmente em 1939, na Galiza a situação foi bem diferente. Enormes vagas repressivas e falta de apoio organizado por parte das forças de contra-insurreição fizeram com que em pouco tempo terminasse a guerra ali. No mês de Setembro de 1936 a Galiza já não apresentava resistência organizada, e terminava assim a guerra ‘oficial’. Isto fez com que fosse a região da Galiza a primeira zona de Espanha onde surgiam bolsas de guerrilha de resistência anti-franquista. Estas bolsas de guerrilha, no início em números baixos e sem comunicação nem organização entre si, foram aumentando gradualmente, com o falhar de muitas das tentativas de fuga da península por parte dos perseguidos. Isto levou a que muitos homens que inicialmente apenas fugiram das atrocidades que se viviam na altura se juntassem à resistência. Na perseguição aos ‘fuxidos’ galegos, o Estado português não ficava inerte:

14 de Setembro 1936

Chefe do Gabinete do Ministério do Interior

(...)

«Comunico que continua a haver relativo sossêgo nas povoações espanholas fronteiriças.»

antigo comerciante de Pinheiro Velho. Casa do próprio, Pinheiro Velho, Dezembro de 2003)

¹⁴ - Às vezes os carabineiros mandavam tantos tiros que ficava um clarão, e depois quando paravam ficava de novo escuro. Uma vez houve um arraial de tiros que eu sei lá, todos o deixarem [o contrabando] menos eu! Eu é que num o deixei! (Entrevista semi-directiva a Liduína. Pinheiro Velho, Dezembro de 2003)

Foram fuzilados 3 portugueses residentes nas povoação espanhola de Campos de Benzerns, província de Orense. (...) José Maria Sena, era de Mirandela (...), António Ribeiro, desconhecendo-se a naturalidade; e do terceiro desconhece-se a identidade.

Também foi fuzilado um engenheiro suíço residente em Belenzana, província de Orense, que dirigia alguns trabalhos na via férrea Orense-Zamora.

À Guarda Fiscal do posto do Pinheiro Velho apresentaram-se os seguintes civis espanhóis desarmados: Benito Almendre Alonso, viúvo, comerciante de 62 anos e seu filho Ramon Almentre Alonso; declararam que andavam a monte desde 17 do mês findo por serem perseguidos pelos nacionalistas devido a terem dado comida a 4 comunistas que desconheciam; Juliana Velasco, solteira, doméstica, de 25 anos, declarou que fôra procurar um seu irmão, que não encontrou e que supõe ter sido fuzilado, pelo que resolveu fugir para Portugal; Francisco Gaioro Frias, casado, trolha de 26 anos e Miguel Formiga Vasquez, solteiro, trolha, de 22 anos, declararam que fugiam à perseguição dos fascistas.

Foram todos entregues ao Administrador do Concelho de Vinhais e comunicação feita à Polícia Internacional.

Apresento a V. Ex.^a os protestos de minha mais elevada consideração.

A bem da Nação,

O Governador Civil

Salvador Nunes Teixeira» (Arquivo Distrital de Bragança, cx.0008, mç27, 1^a capa)

Porque eram habitantes destas zonas, os refugiados e guerrilheiros eram na sua maioria profundos conhecedores da geografia da região, e parte integrante das redes sociais e de convivência – incluindo as redes sociais e de convivência transfronteiriças. Entre simples fugidos nos primeiros meses –os ‘refugiados de primeira hora’-,¹⁵ e guerrilheiros com ideais políticos que resistiram durante toda a janela temporal da guerra e até alguns anos depois de esta ter terminado, grandes movimentos de pessoas atravessavam a fronteira para ambos os lados conforme a necessidade de fuga, de defesa, de ataque, de esconderijo, de apoio, etc.¹⁶ E nestes movimentos foi essencial a rede local. As redes sociais transfronteiriças

¹⁵ Grilo Manuel Teles, Pereira Manuel e Piecho Filipa, 2004: 4. Os *refugiados de primeira hora* eram todas as pessoas que, com ou sem convicções políticas, fugiram para o espaço português com o rebenatar da guerra, temendo pelas suas vidas. Como é referido, no início da guerra nem todos os que fugiram tinham intenção de formar resistência.

¹⁶ (...) *Vivem numas choças que havia aí nuns lameiros. Vivem lá, cozinham lá, e tudo... E eram muitos, muitos... E às vezes um lá vinha connosco, até ao fundo da quinta. Quando íamos para a beira do monte, lá vinha um que gostava de ir connosco, conversar connosco e assim... Estavam lá muitos...* (Entrevista semi-directiva a José Gomes. Sernande, Janeiro 2004)

pré-existentes forneceram neste contexto, por exemplo, a possibilidade de fuga para alguns, e para outros a possibilidade de montar e organizar resistência que durou ainda até alguns anos depois de a guerra terminar, e até depois do final da 2ª guerra mundial. É também fácil imaginar que, em povoações onde a maioria das pessoas não teriam consciência política, ajudar um vizinho em dificuldades seria mais importante do que seguir as regras impostas pela guarda-fiscal - a mando do Estado central - de entregar todas as informações que levassem à captura de fugidos espanhóis. Nas aldeias estudadas, o impacto dos movimentos de guerrilheiros e de refugiados foi enorme, em especial na mais pequena das três. Alguns nomes de guerrilheiros ainda estão, através das alcunhas, dos nomes ou dos apelidos, nas memórias dos habitantes de Sernande. São os casos de Manuel Bázan Girón, 'o Girón'; Luiz Gomez, 'o Panbarato'; Alfredo Yañez Dominguez, 'o Aguirre'; ou Bernardino Garcia e Garcia, 'o Garcia'. Na referida aldeia houve inclusive uma brutal demonstração de força por parte de ambos os Estados, não só para capturar um homem que ali se escondia, mas também para impôr respeito nas populações e tentar terminar de vez com o acoitamento de refugiados – a exemplo do que havia sucedido já no Cambedo da Raia (ver *O Cambedo da Raia – 1946- Solidariedade Galego-Portuguesa silenciada*, AAVV, 2004). Este homem, um guerrilheiro que já estaria sozinho há algum tempo, já afastado da resistência antifranquista, visto nesta altura –estimamos pelos relatos que tenha sido em 1947 – a guerrilha já se encontrar em franco declínio, foi capturado quando forças policiais de ambos os países se juntaram e bombardearam a casa onde este se escondia, matando-o quando se encontrava já em tentativa de fuga, num campo de cultivo perto da aldeia.¹⁷ Foi-nos também descrito várias vezes nesta aldeia o tempo em que ‘quase todos os homens chegaram a estar presos ao mesmo tempo’ pela policia política portuguesa (PIDE), por suspeita de que ali eram acolhidos espanhóis fugidos da guerra: tanto os simples refugiados

¹⁷ -*O Galego vai por arriba do forno e salta a parede para o outro lado e sai nesta porta, onde é que se entra para o pátio do Zé Maria... Sai por ali, sai por este portão, por baixo. O Galego aos tiros a eles... Mas levava a pistola na mão, mandaram-lhe logo a mão abaixo. Um tiro logo... Depois estavam do lado de lá, mais guardas. E forem-no matar lá para baixo, para esses lameiros, lá em baixo...*

-*Foram guardas portuguesas ou espanhóis?*

-*Não sei se foram portuguesas ou espanhóis... Estavam todos misturados.*

-*Estavam aí muitos guardas espanhóis?*

-*Espanhóis? Eh caralho... Espanhóis seriam mais de cinquenta, bá!...* (Entrevista semi-directiva a José Gomes. Sernande, Janeiro 2004)

como os famigerados guerrilheiros.¹⁸ Os relatos recolhidos indicam que restaram apenas na aldeia as mulheres, as crianças, e três ou quatro homens. À parte destes eventos traumáticos, o que há que sublinhar aqui é o delinear de estratégias pelas duas partes que utilizam a fronteira: os Estados e as pessoas. Se por um lado, as redes sociais transfronteiriças foram o suporte de uma série de estratégias de sobrevivência e até de retaliação, também os Estados actuaram no sentido de fazer valer a sua força e impôr respeito. Enquanto representações da oficialidade do Estado, os guardas-fiscais de Pinheiro Velho (das três aldeias, a única que teve posto) eram obviamente temidos, como sendo da ‘equipa mais forte’. Para além do mais, vinham, muitas vezes, de sítios distantes, e entravam na vida social das aldeias, entrando também consequentemente no mercado de matrimónio¹⁹, para além de dificultarem actividades como o contrabando, entre outras.²⁰

¹⁸ - (...) fiquei sem o meu pai, (...) acusaram-no que andava com os espanhóis e foi preso levarem-no para Bragança e... prontos, materem-no lá...

- Isso foi antes de terem morto este espanhol aqui?

- Foi foi foi, ainda eu não nascera, foi antes de 40... Foi antes de 40, andava a minha mãe grávida quando prenderam o meu pai porque acusarem que ajudava os espanhóis, não sei se ajudava se não...

- E... Isso foi na altura que prenderam muita gente aqui?

- Foi, que prenderam todos... (...) Prenderam quase toda a gente aqui, parece que só deixaram parece um homem aqui, estava tudo preso!

- Só deixaram um homem?

- Sim, parece só que foi um (...), [e presos] foram todos, eu sei lá, p'raí uns vinte ou trinta! (...)

- Portanto isso terá sido mais ou menos em 39/40?

- Sim, foi em 40 porque eu nasci em 41, foi em 40... Foi o ano em que prenderam meu pai.

- Acusaram-no de ter ajudado os espanhóis e depois acabou por morrer lá?

- Bateram-lhe (...), morreu na cadeia, dizem que foi com as porradas que lhe derem...

- Já não voltou para casa?

- Já não... Desde que o prenderam nunca mais voltou, está enterrado no cemitério de Bragança. (Entrevista semi-directiva a Sra. Gracinda. Casa da própria, Sernande, Janeiro 2004)

¹⁹ Sendo das poucas pessoas nestas zonas a auferir um ordenado real, os guardas eram noivos bastante apetecíveis, e para além do mais desfrutavam de uma invejável e inegável alta posição social.

²⁰ - (...) A pior coisa que fizeram a este povo foi trazerem a guarda-fiscal para cá. Eles levavam as mulheres, faziam os zorros, chegavam cá com dois sacos de mobília e saíam com dois tractores dela, e por causa deles aqui no Pinheiro Velho não vieram pra cá os refugiados, que ainda deixaram muito dinheiro em Pinheiro Novo e Sernande! (Entrevista a Sr. Armando, reformado, na sua adega. Pinheiro Velho, Março de 2006)

•

O que se pretende, ao apresentar estes exemplos de dinâmicas locais transfronteiriças, é precisamente mostrar o choque entre os Estados que impõem e controlam a fronteira, e os interesses, estratégias e actos das populações locais fronteiriças. Para olhar agora para este contexto tanto do ponto de vista dos Estados como do ponto de vista dos habitantes locais das zonas de fronteira, o conceito de ‘estratégia’ é essencial. Como vimos já, para dois Estados-nação que se pretendem separados, a fronteira é a sua arma estratégica mais essencial, e como tal estes reforçam-na e esforçam-se a controlar a mesma. Os Estados centrais, guiando de lá de longe, da capital da nação, colocam ‘lentes’ nas longínquas margens, utilizando a Guarda-Fiscal e a Guardia Civil para manter a efectividade da fronteira, e para a partir da fiabilidade e manutenção desta poderem ir construindo o ‘nós’ e os ‘outros’ através das mais diversas formas e processos. As populações locais de fronteira, por seu lado, tendo o seu espaço de acção natural parcialmente limitado pela fronteira e pelos controlos desta, não deixam ainda assim de trabalhar esse seu espaço. Mais do que isso, pegam na própria fronteira e assumem-na como elemento ‘natural’ desse espaço, e trabalham-na como qualquer outro, para daí obterem ganhos pessoais. Pelas palavras de James Scott, autor de várias obras sobre choques entre populações locais e Estados centrais, estas populações fronteiriças servem-se das armas que têm para combater as imposições que vêm de cima: as *Weapons of the Weak* – as armas dos fracos (Scott, 1985). Servem-se de estratégias de cumplicidade, de silêncio, e de resistência, tanto para fazer contrabando, como para ir trabalhar ‘do lado de lá’ de uma fronteira, como para fugir, procurar refúgio ou organizar resistência militar e política, etc.. Temos então dois Estados-nação que controlam cada um o seu território e população, e que vão progressivamente criando legibilidade nos seus respectivos território e população, para melhor os poderem unificar no seu seio (Scott, 1998). É nesse seio onde vão evoluindo as linguas, culturas, e identidades distintas. E, no preciso sítio onde é gerada e subsiste a separação ‘real’ entre dois países, a fronteira, surge ironicamente um terceiro ‘outro’: o ‘raiano’. Este, antes de ser português ou espanhol, é vizinho. É da raia. Estão-lhe mais próximas e são-lhe mais importantes as pessoas que com ele habitam, que com ele trabalham, que com ele trocam favores, com quem ele mantém relações de facto, do que lhe são próximas e importantes as imposições dos que, aos seus olhos, não passariam de imposições de eruditos citadinos que não compreenderia, e que, na sua vida, mais do que não fazerem sentido, o prejudicavam. Como nos dizia também James Scott, o camponês não aceita passivamente as medidas que vão contra os

seus hábitos de vida, e muito menos as que põem em causa a sua finalidade última: a subsistência. E como tal, cria estratégias de resistência com as armas que possui, para perseguir os seus objectivos e prioridades. *As necessidades de uma casa rural sobrepõem-se aos direitos de entrada ou saída de bens que a inclusão num Estado impõe (...)*, refere-nos Paula Godinho em “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana” (1995), a exemplo do que James Scott argumentava já em *The Moral Economy of The Peasant* (1976) e em *Weapons of the Weak* (1985). Os ‘fracos’, portanto, usam as armas que tiverem à sua disposição para conseguirem atingir os objectivos desejados, com estratégias postas em prática no ‘registo escondido’ (Scott, 1985), utilizando uma *false compliance* (Scott, 1985) para enganar quem a si se opusesse, sempre em proveito do grupo estratega, que faz da ‘cumplicidade silenciosa’ a sua principal ‘arma’, não trazendo para o registo discursivo aberto as suas estratégias.

Nas memórias desta e de muitas outras fronteiras, este terceiro ‘outro’ existiu ou existe. Nesta está hoje ‘em extinção’, e existe quase só em memórias. Não só pelo que foi já referido (a desertificação destas zonas do norte interior português e da Galiza, e o envelhecimento destas populações), mas também porque as polícias de controlo das fronteiras, enquanto representação da autoridade estatal, não foram nem são os únicos agentes a actuar em prol da efectividade da fronteira. Aliás, as polícias da fronteira já nem sequer existem na fronteira aqui tratada, desde o tratado de Schengen, há mais de 15 anos. No entanto, com o advento da abertura das fronteiras, as dinâmicas desta desapareceram cada vez mais e mais. E isto porque, ao mesmo tempo, as acessibilidades melhoraram substancialmente, aproximando as aldeias da sua sede administrativa (quando antes estavam muito mais perto de Espanha – ali só ia o medico de Espanha, há quem se lembre de lá só ir o padre de Espanha, etc.). E aproximaram-se não só da sua sede de Concelho, mas também do seu Estado-nação: através de atribuição de reformas, de obrigatoriedade de pagamento de impostos, de escolaridade obrigatória e centralização do ensino na sede de Concelho, do aparecimento e democratização da televisão, entre outras coisas. Num momento em que as fronteiras se esbatem dentro da União Europeia, com a livre circulação de pessoas e de produtos, parece que os mecanismos de filiação a um Estado estão, por sua vez, mais eficazes do que nunca. Pelo que se pode dizer que a fronteira abriu, mas nem tanto assim. Hoje, fenómenos como o contrabando, as migrações sazonais transfronteiriças, e acontecimentos como os do movimento transfronteiriço de refugiados e guerrilheiros da Guerra Civil de Espanha, estão já longe temporalmente. É nestes

fenómenos e acontecimentos, no entanto, que se sustenta a memória social destas povoações nos dias que correm. Representações destes fenómenos e acontecimentos, ainda assim, não existem hoje apenas nas memórias das pessoas que os viveram ‘in loco’. Bem pelo contrário, estes começam a surgir cada vez mais num imaginário da zona de fronteira que se constrói (de forma interesseira ou não) num processo de patrimonialização do qual se encontram muitos pares nos tempos que correm. A instrumentalização deste património simbólico e do património material das zonas rurais em geral (como as casas de pedra, por exemplo, por contraponto às conhecidas ‘casas de emigrantes’) é hoje operada com cada vez mais força e intensidade em prol da turistificação desta zona, visto as crises demográfica e etária deixarem pouco espaço de manobra para planear e imaginar um futuro positivo de outra maneira, o que facilita a adesão das populações a esses projectos, quase sempre encetados por políticos e elites locais. Estes propõem-se a encetar projectos de promoção de traços culturais desenhados como únicos e distintos, que transformem a região em alvo apetecível para o turismo sedento de realidades culturais ‘tradicionais’, e se possível em desaparecimento ou já desaparecidas. Como refere Marc Augé:

[...] vivemos uma época [...] paradoxal: no próprio momento em que a unidade do espaço terrestre se torna pensável e em que se reforçam as grandes redes multinacionais, aumenta de volume o clamor dos particularismos; [...] como se o conservadorismo de uns e o messianismo dos outros estivessem condenados a falar a mesma linguagem: a da terra e a das raízes (2005 [1992]: 13).

Neste contexto, as identidades constroem-se muito sobre o passado, e sobre representações de vidas que, tendo sido vividas na realidade como bastante árduas e difíceis, são hoje apresentadas como realidades positivas, das quais as saudades abundam. Os tempos de trabalho duro na terra de dia, de contrabando difícil à noite, de casas frias, de guerra e refugiados, de falta de acessibilidades e de falta de cuidados de saúde e higiene, são hoje apresentados, no contexto da debilidade demográfica e etária, como tendo sido os tempos da aventura, da diversão, da vitalidade. Quando os modos de vida hoje ditos como ‘tradicionais’ já não atraem as pessoas nem são funcionais no mundo que hoje se vive (e que se representa, que se imagina), e quando essas mesmas pessoas cada vez mais escasseiam e envelhecem, é com alguma naturalidade que surgem as ideias de recuperar um passado ‘que se está a perder’. Se as elites pretendem capitalizar os ‘traços de cultura particulares’, através de eventos como a ‘Feira do Fumeiro Tradicional’, a ‘Rota do Contrabando em BTT’, os circuitos turísticos pela raia, etc. -, também as pessoas

adoptam sem grande resistência um movimento de valorização de um passado que foi, como aqui já se disse, em grande parte negativo, mas que ainda assim possuía características positivas. Estas últimas consistem precisamente nas dimensões que, no presente de hoje, estão negativizadas pelas referidas crises demográfica e etária. ‘Aqueles foram os tempos’. Os tempos em que a fronteira era dos ‘raianos’, e estes não abdicavam de dali tirar todos os tipos de lucro que conseguissem.

Resumindo e finalizando: nos contextos locais de fronteira, devido ao facto de esta ser um instrumento vital para ambas partes implicadas e, conseqüentemente, alvo de acções e iniciativas múltiplas por parte de cada uma destas, os choques Estados/pessoas são muito mais constantes (e por vezes mais fortes) do que noutros contextos. Quem manda nesta terra, então? Quem são os ‘donos’ da fronteira? Questões sem resposta, pois os processos dinâmicos de fronteira denotam uma luta constante. Um combate entre ‘fortes’ (Estados) e ‘fracos’ (pessoas), no qual ambos os lados usam as armas à sua disposição para atingir estrategicamente os seus objectivos. Justamente pela divisão desigual de poder entre as duas facções desta luta, as armas de uns e as armas dos outros tomam forma em registos discursivos diferentes, oscilando os ‘fracos’ entre a falsa aceitação da acção dos ‘fortes’ (quando esta não lhes é favorável), e a retaliação a essa acção num registo escondido, através de silêncios e cumplicidades no delinear e utilizar de estratégias.

FONTES

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA, Fundo do Governo Civil, Correspondência secreta do Governador, Caixa 8.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, (2004), *O Cambedo da Raia – 1946- Solidariedade Galego-Portuguesa silenciada*, Asociación Amigos da Republica, Ourense.
- ANDERSON, Benedict, (1991 [1983]), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.
- ARAÚJO, Eduardo (2006), *Quem manda nesta terra? O Estado e as pessoas, nas memórias da fronteira*, Tese de Licenciatura em Antropologia (policopiado), Lisboa, FCSH-UNL.

- AUGÉ, Marc (1992), *Non-Lieux, Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*, Paris, Seuil.
- BAGANHA, Maria I. & GÓIS, Pedro, (1998), “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53: 222-280.
- BARTH, Frederik (1998 [1969]), *Ethnic Groups and Boundaries, The Social Organization of Culture Difference*, Waveland Press.
- BRITO, Joaquim Pais de, (1996), *Retrato de Aldeia com espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- BRITO, Joaquim Pais de, MARTÍN DÍAZ, Emma & PUJADAS MUÑOZ, Juan José, (coords.), (1999), *Globalización, Fronteras culturales y políticas y Ciudadanía*. Actas del VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, FAAEE/AGA.
- CUNHA, Luís, (2005), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CABRAL, João de Pina, (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva: A visão do mundo camponês no Alto Minho*, Lisboa, D. Quixote.
- DONNAN, Hastings e WILSON, Thomas M. (1999); *Frontiers of Identity, Nation and State*, Oxford, Berg.
- DONNAN, Hastings e WILSON, Thomas M. eds. (2000 [1998]), *Border Identities: Nation and State at International Frontiers*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FONSECA, Inês, FREIRE, Dulce & GODINHO, Paula, (coords.), (2004), *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, Edições Colibri/CEEP.
- GODINHO, Paula (1995), “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da raia transmontana”, in *A Trabe de Ouro*, Tomo II, Ano VI, Abril-Xuño; Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 209-222.
- GODINHO, Paula (2006); *O Leito e as Margens: Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*; Edições Colibri / Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, Lisboa.
- GODINHO, Paula (no prelo), *Ouvir o Galo Cantar Duas Vezes: Identificações locais, culturas de orla e a construção de nações na fronteira entre Portugal e a Galiza*, 326 páginas.
- GRILO, Manuel, PEREIRA, Manuel, e PIECHO, Filipa (2004), “Sernande, memórias de fronteira”, in *Lethes: Cadernos Culturais do Limia*, Xosé Badas Fernández (Coord.), n.º 6, Inverno 2004/05, Centro de Cultura Popular do Limia, Ourense, pp. 94-107.
- HALBWACHS, Maurice, ([1925] 1994), *Les cadres sociaux de la mémoire*; Paris, Librairie Alcan.

HOBSBAWM & RANGER, eds., ([1983] 2007), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (s/d), *Limites com a Hespanha*, Caixas 1118, 1119 e 1120, Lisboa, Arquivo Histórico-Diplomático.

O'NEILL, Brian Juan, (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

SCOTT, James (1976), *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, Yale University Press.

SCOTT, James (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press.

SCOTT, James (1998), *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, Yale University Press.

THIESSE, Anne-Marie (2000), *A criação das identidades nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.